



CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.pitanga.pr.leg.br camara@pitanga.pr.leg.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - REQUISITANTE

Vereadora Lucimar Camilo da Rosa

2 - OBJETO

Contratação de empresa para capacitação e aperfeiçoamento de vereadora desta Casa Legislativa.

3 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Os vereadores enfrentam desafios constantes em áreas como legislação, gestão pública e políticas sociais. Participar de cursos permite que eles se atualizem sobre as mudanças nas leis, regulamentos e melhores práticas, garantindo um desempenho mais eficiente no legislativo.

Cursos sobre administração pública, finanças municipais e políticas de desenvolvimento local podem equipar os legisladores com as habilidades necessárias para tomar decisões fundamentadas e estratégicas e representar adequadamente os interesses da comunidade, buscando soluções inovadoras para as questões locais.

Considerando o grande interesse que o tema do curso desperta e a capacidade técnica da empresa fornecedora, este curso agregará conhecimento necessário ao desenvolvimento do trabalho dos vereadores.

4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Contratação da empresa IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública, para a participação da vereadora Lucimar Camilo da Rosa, no curso "Eleições 2024 – Condutas vedadas, administração e serviços públicos em ano eleitoral e a continuidade administrativa", a realizar-se em Maringá – PR nos dias 21 e 22 de março.

O valor da inscrição será de R\$ 1.490,00, conforme a proposta apresentada pela empresa, com a disponibilização de material impresso e digital.

O curso terá carga horária de 13h e será ministrado na cidade de Maringá pelo palestrante Dr. Antônio Augusto Mayer dos Santos, devidamente qualificado, conforme documentação anexada a este termo.

A contratada fará a certificação dos participantes ao final do curso.

5 - FORMA DE EXECUÇÃO

A contratação da empresa se dará por processo de inexigibilidade de licitação, considerando o tema do curso ofertado e a notória especialização do palestrante.

6 - VALOR

Considerando a pesquisa de preços realizada, o curso em questão está com valores similares aos demais cursos ofertados no mercado.

A proposta de valor do curso foi de R\$ 1.490,00 por participante.

7 - PAGAMENTO

1. Quando da emissão da nota fiscal, a contratada deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa vigente, da Secretaria da Receita Federal.
2. O pagamento será realizado através de boleto, transferência bancária ou chave PIX, a ser informado pela contratada, no campo de observações da nota fiscal.

Pitanga, 13 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente

ADRIANA TEREZINHA LORENZETTI MERIGO

Data: 13/03/2024 17:15:30 -0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Adriana T. Lorenzetti Merigo

Diretora Geral

Portaria nº 9/2023

ELEIÇÕES 2024 Condutas vedadas, administração e serviços públicos em ano eleitoral e a continuidade administrativa

Datas

21/03/2024 08:30 - 12:00

21/03/2024 14:00 - 17:30

22/03/2024 08:30 - 12:00

22/03/2024 14:00 - 16:30

Programa

ELEMENTOS TEÓRICOS

1. Estrutura, importância e consequências das Condutas Vedadas;
2. CONDUTAS VEDADAS POR PERÍODOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: O CALENDÁRIO ELEITORAL;
3. Princípios Constitucionais da Administração: preservação do Poder Público
4. Planejamento das ações governamentais;
5. REELEIÇÃO: a possibilidade de recandidatura no exercício da gestão pública;
6. CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA: realidade x fetiches de proibição;

ELEMENTOS PRÁTICOS

1. ZELADORIA E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO;
 2. LICITAÇÕES;
 3. PESSOAL: movimentação de servidores, concursos públicos, vantagens funcionais, nomeações e contratações para instalação ou funcionamento de serviços públicos essenciais;
 4. PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS: possibilidades, distinções e limites;
 5. FESTAS E EVENTOS locais;
 6. PROGRAMAS SOCIAIS: manutenção e limites de inovações;
 7. SHOWS contratados pelo poder público;
 8. OBRAS PÚBLICAS: execução, acompanhamento, fiscalização e inaugurações;
 9. DESINCOMPATIBILIZAÇÕES E AFASTAMENTOS: regime jurídico, exceções e peculiaridades.
-

Local

Hotel Deville Business Maringá - Av. Herval, 26 - Zona 01, Maringá - PR, 87013-110

Público-Alvo

Agentes políticos, Procuradores, Assessores Jurídicos, Advogados, Secretários, Diretores, Controle Interno, Gestores públicos, demais agentes públicos interessados.

Investimento

Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM R\$1.490,00

Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM R\$1.390,00

Professores

ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SANTOS

Advogado, Autor de sete livros: 1.000 Curiosidades sobre Política e Eleições no Brasil(2019), Ousadia, Utopia e Reforma Política (2018), Campanha Eleitoral –Teoria e Prática (2016), Aloisio Filho – Cidadão e Vereador (2012), Prefeitos de Porto Alegre – cotidiano e administração da capital gaúcha (2012), Vereança e Câmaras Municipais: questões legais e constitucionais (2011) e Reforma Política: inércia e controvérsias (2009); Professor de Graduação e Pós-Graduação.

Observações

Empenho

O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certificados

Os certificados serão disponibilizados no Portal do Aluno, através do link aluno.igam.com.br, após a realização do curso

|| PROPOSTA COMERCIAL
À Câmara Municipal de Pitanga, PR

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 CONDUTAS
VEDADAS, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
PÚBLICOS EM ANO ELEITORAL E A
CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ELEMENTOS TEÓRICOS

1. Estrutura, importância e consequências das Condutas Vedadas;
2. CONDUTAS VEDADAS POR PERÍODOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:
O CALENDÁRIO ELEITORAL;
3. Princípios Constitucionais da Administração: preservação do Poder Público
4. Planejamento das ações governamentais;
5. REELEIÇÃO: a possibilidade de recandidatura no exercício da gestão pública;
6. CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA: realidade x fetiches de proibição;

ELEMENTOS PRÁTICOS

1. ZELADORIA E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO;
2. LICITAÇÕES;
3. PESSOAL: movimentação de servidores, concursos públicos, vantagens funcionais, nomeações e contratações para instalação ou funcionamento de serviços públicos essenciais;

4. PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS: possibilidades, distinções e limites;
5. FESTAS E EVENTOS locais;
6. PROGRAMAS SOCIAIS: manutenção e limites de inovações;
7. SHOWS contratados pelo poder público;
8. OBRAS PÚBLICAS: execução, acompanhamento, fiscalização e inaugurações;
9. DESINCOMPATIBILIZAÇÕES E AFASTAMENTOS: regime jurídico, exceções e peculiaridades.

OBJETIVO DO CURSO:

O treinamento objetiva subsidiar, orientar e prevenir as administrações públicas, seus gestores e quadros funcionais relativamente a continuidade administrativa bem como acerca das condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral, nos termos da Lei Federal 9.504/97. A temática delineada no curso examina detidamente o conteúdo da legislação em vigor, a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do PR relativamente ao funcionamento da estrutura administrativa municipal no ano das eleições.

PROFESSOR

Antônio Augusto Mayer dos Santos



Jurista renomado, escritor e professor.

Advogado especialista em direito eleitoral, Professor de Graduação e Pós-Graduação. Escritor. Autor de nove livros: 1.000 Curiosidades sobre Política

e Eleições no Brasil(2019), Ousadia, Utopia e Reforma Política (2018), Campanha Eleitoral –Teoria e Prática (2016), Aloisio Filho – Cidadão e Vereador (2012), Prefeitos de Porto Alegre – cotidiano e administração da capital gaúcha (2012), Vereança e Câmaras Municipais: questões legais e constitucionais (2011) e Reforma Política: inércia e controvérsias (2009).

|| LOCAL

MARINGÁ, PARANÁ

Hotel Deville Business Maringá - Av. Herval, 26 - Zona 01, Maringá - PR, 87013-110

|| CRONOGRAMA

Data: 21 e 22 de Março de 2024

21/03/24 - 08h30 as 12h00

21/03/24 - 14h00 as 17h30

22/03/24 - 08h30 as 12h00

22/03/24 - 14:00 as 16h30

|| INVESTIMENTO

R\$ 1.490,00 inscrição individual.

Investimento 2 inscrições: R\$ 1.390,00 cada inscrição

***Será disponibilizado material impresso e digital e coffee break em todos os períodos do curso.*

|| OBSERVAÇÕES

O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO. PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85.



IGAM[®]



Dados Bancários:

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA | PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Dúvidas à disposição!

Atenciosamente,

Francisco Beltrão, 11 de março de 2024.



PARANÁ

Eduardo Anziliero


Diretor Comercial


IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos


Rua Minas Gerais, 1381, Edifício Elton, 5ª andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

 (46) 99970 8582

 (46) 2601 1977

 Nos siga! @igamparana

InCompany

Proibições do Ano Eleitoral

Nos Poderes Municipais

🕒 Carga Horária Total: 197 Horas

📍 Seu Município

Investimento

O valor para capacitar seu Município inteiro é:

R\$ **29000,00**
+Bônus

+35 horas de tutoria
+Curso Modular de 135 horas
+ 6 horas entrega de minutas

Vantagens deste contrato

- Início imediato com agenda
- Acesso a acervos modelos de decretos regulamentados
- Acesse à via web ou aplicativo, com videoaulas complementares, apostilas e materiais
- Chat online com professores para tirar dúvidas por 120 dias após a realização
- Certificação homologada por IES (faculdade) com código de segurança e rastreio
- Material digital atualizado com leis e modelos sobre o tema
- Apostilas impressas e encadernadas em padrão didático
- Kits escolares (cadernos, canetas copos em acrílicos 500ml e crachás de identificação)
- Coffe Break
- Docentes especialistas com formação e prática acadêmica
- Equipe de apoio (coordenação pedagógica, coordenação técnica e administrativa)
- Assumir todas as despesas (passagens, alimentação, hospedagem, etc.) e encargos (tributos, taxas e encargos sociais)

Programação **do Curso Proposta**

Curso Presencial

O Município deve Fiscalizar as Eleições 2024

1 A fiscalização como ferramenta de controle:

- a) Importância
- b) Quesitos do controle (orientação, fiscalização, punição)

2 O poder/dever da Fiscalização Municipal (Executivo e Legislativo)

3 O que o Município pode regulamentar nas Eleições 2022:

3.1 A Gestão da própria Câmara (arts. 24 e 73 da Lei 9.504/97):

- a) Verbas
- b) Atos
- c) Mídias tecnológicas (site, facebook, blog, email, wats app, SMS...)
- d) Servidores
- e) Automóvel próprio
- f) Telefone (fixo e celular)
- g) Uso das dependências
- h) Estacionamento da Câmara
- i) Materiais (art. 73, II, da Lei 9.504/97)

3.2 Processo Legislativo

3.3 Audiências Públicas

3.4 Assessoria de Imprensa dos 2 poderes

3.5 Tribuna Popular

3.6 Parlamentares candidatos (art. 36-A, IV, da Lei 9.504/97)

3.7 Propaganda nos espaços públicos (art. 37, §3º, da Lei 9.504/97)

3.8 Higiene, estética e postura urbana (art. 243, VIII, da Lei 4.737/65)

4 A prefeitura e a câmara devem fiscalizar o uso da máquina pública:

- a) Verbas
- b) Bens móveis e imóveis
- c) Serviços
- d) Frota de veículos e maquinário



- e) Pessoal
- f) Compras
- g) Contratos
- h) Eventos públicos
- i) Atos administrativos
- j) Repasses de verbas e/ou benefícios

5 Canais de fiscalização pela Câmara:

- a) Inibindo, pela ciência de sua atuação
- b) Criando comissão especial temporária
- c) Criando a ouvidoria parlamentar
- d) Requerendo informações
- e) Analisando o fluxo das despesas
- f) Convocando secretários
- g) Realizando Diligências
- h) Abrindo sindicâncias
- i) Instituído auditorias
- j) Instaurando processos disciplinares
- k) Instalando CPI
- l) Instalando Comissão Processante
- m) Representando ao Tribunal de Contas (TCE e ou TCU)
- n) Representando ao Ministério Público (estadual e/ou federal)

Docente:

Jonias Oliveira

Entendendo a Atuação da Justiça Eleitoral

1 Noções de direito eleitoral

2 O Poder Judiciário:

- a) Federal
- b) Estadual

3 A estrutura da Justiça Eleitoral:

- a) Órgãos
- b) Instâncias
- c) Autoridades
- d) Competências
- e) Circunscrição

4 O Ministério Público Eleitoral

5 Infrações e crimes eleitorais

6 Penas aplicáveis

7 Ações Eleitorais

8 Recursos Eleitorais

9 Abuso de poder:

a) Político

b) Econômico

10 Denúncia e representação

11 A colaboração dos poderes locais:

a) Regulamentando

b) Fiscalizando

c) Apurando

d) Denunciando (representando)

Docente:

Tasso Jardel Vilande

Conhecendo as Regras das Eleições 2024

1 Sistemas políticos no mundo

2 Direitos Políticos no Brasil (arts. 14 a 16 da CFB)

3 Forma e Sistema de governo no Brasil

4 Eleições no Brasil

5 Normas Eleitorais<

6 Candidaturas

Inelegibilidades

7 Pesquisas e testes pré-eleitoral

8 Coligações: regras aplicáveis

11 Propaganda eleitoral

12 Discurso de ódio e Fake News

13 Garantias eleitorais

14 Votação/Votos:

a) Urna eletrônica ou Cédula

b) Voto impresso

c) Sistemas (comum e biométrico)

d) Eleitores aptos

e) Mesas receptoras

f) Fiscalização partidária

- g) Legenda
- h) Brancos e nulos
- i) Apuração/totalização



Docente:

Tasso Jardel Vilande

O Envolvimento do Município nas Eleições

1 Incidência da Legislação Local no Período Eleitoral:

1.1 Higiene Pública

1.2 Estética Urbana

1.3 Sossego Público

1.4 Meio ambiente

1.5 Trânsito

1.6 Estatuto de Servidores

2 Poder de Polícia:

2.1 Fiscalização

2.2 Coerção

2.3 Aplicação de penalidades

3 Condutas Vedadas na Administração Pública no Ano Eleitoral

3.1 Gestão de Pessoal

3.2 Bens públicos

3.3 Publicidade

3.4 Concessão de benefícios

4 Expedição de Instruções pelos Advogados Municipais

4.1 Órgãos e funções a serem orientadas

4.2 Orientações necessárias

4.3 Minutas modelo

Docente:

Rogério Carlos Born

Atuação dos Poderes Municipais no Período Eleitoral!

1 Democracia e política

2 Estado, governo e administração

3 República, federação, poderes e entes

4 Atuação político-administrativa

5 Incidência da Legislação Local no Período Eleitoral

- 6 Processo legislativo no período
- 7 Cuidados com a participação popular
- 8 Poder de Polícia
- 9 Condutas Vedadas na Administração Pública no Ano Eleitoral
- 10 Expedição de Instruções e Normativas

Docente:

Rogério Carlos Born

Combatendo o "Caixa 2" e o Abuso de Poder Econômico

- 1 Conceito de "Caixa 2"
- 2 Esquemas de formação do "caixa2"
- 3 Regras legais para o financiamento de candidaturas:
 - 3.1 Regras da Arrecadação
 - a) Pré-requisitos
 - b) Limite de gastos
 - c) Despesas autorizadas
 - d) Recibos eleitorais
 - e) Abertura da conta bancária
 - f) Fundo partidário
 - g) Documentos necessários
 - h) Gastos eleitorais que não provenham das contas específicas
 - i) Origem dos recursos
 - j) Doações por pessoas físicas
 - k) Doações recebidas em desacordo com a legislação
 - l) Doação de bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro
 - m) Arrecadação de recursos pela internet
 - n) Data limite para os partidos e candidatos manterem a documentação
 - o) Doações entre partidos políticos/candidato/candidatos
 - p) Limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador
 - q) Comercialização de bens e/ou serviços
 - r) Promoção de eventos para arrecadação de recursos financeiros
 - s) Fontes vedadas t) Recursos de origem não identificada
 - u) Data limite para a arrecadação e despesas
 - v) O que pode ser considerado gasto eleitoral
 - w) Pagamentos dos serviços de consultoria jurídica e de contabilidade
 - x) Impressão de material de campanha
 - y) Documentação dos gastos eleitorais
 - z) Fundo de caixa

- A) Gastos de pequeno vulto
- B) Contratação direta ou terceirizada de pessoal

3.2 Regras da Prestação de contas: a

-) Quem tem obrigação de prestar contas
- b) Competência para acompanhamento da arrecadação e gastos eleitorais
- c) Competência para a assinatura da prestação de contas
- d) Prazos e divulgação do relatório financeiro
- e) Prestação de contas parcial
- f) Sobras de campanha e sua destinação
- g) Elaboração e apresentação das contas
- h) Comprovação da arrecadação de recursos e da realização de gastos
- i) Avaliação das doações (bens ou serviços estimáveis em dinheiro ou cessões temporárias)
- j) Efetivação da comprovação de gastos eleitorais

4 Consequências da desaprovação das contas de campanha

5 Como e o quê a Câmara poderá fiscalizar para combater o "caixa2"

Docente:

Rogério Carlos Born



Rogério Carlos Born

[Currículo Completo](#)



Tasso Jardel Vilande

Curricula Completo



Jonias Oliveira

Curriculo Completo



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA



Curso em Curitiba – PR

Dias 21, 22 e 23 de
Fevereiro de 2024.

TEMA:

**PROCESSO LEGISLATIVO
EM ANO ELEITORAL**

ORIENTAÇÕES, CONDUTAS VEDADAS,
PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADES DOS
AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL E SEUS
DESDOBRAMENTOS COM A NOVA LEGISLAÇÃO

www.nstreinamentos.com.br

Programação

- > **Dia 21/02/2024 - Das 09:00h as 12:00h**
- Inscrições e credenciamento dos alunos.
 - Entrega das Apostilas e material de apoio.
 - Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

- > **Dia 21/02/2024 - Das 14:00h as 17:00h**
- Orientações, Condutas vedadas, Planejamento e Responsabilidades dos Agentes Públicos em Período Eleitoral e seus desdobramentos com a nova legislação.
 - Professora: Dra. Bárbara Dayana Brasil. (Parte I).

- > **Dia 22/02/2024 - Das 09:00h as 17:00h**
- Orientações, Condutas vedadas, Planejamento e Responsabilidades dos Agentes Públicos em Período Eleitoral e seus desdobramentos com a nova legislação.
 - Professora: Dra. Bárbara Dayana Brasil. (Parte II).

- > **Dia 23/02/2024 - Das 09:00h as 11:00h**
- Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

- > **Coordenadores:**



Angélica Leticia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

INSCRIÇÕES:

Site: www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

(45) 99934-1188- Normélio
(45) 99837-0304 - Angélica
(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

Temário

ORIENTAÇÕES, CONDUTAS VEDADAS, PLANEJAMENTO E RESPONSABILIDADES DOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL E SEUS DESDOBRAMENTOS COM A NOVA LEGISLAÇÃO.

- Incidência da Legislação Local no Período Eleitoral;
- Matérias proibidas;
- CPIs em Ano Eleitoral;
- Homenagens e Comendas;
- A regulamentação da propaganda política;
- Expedição de Instruções e Normativas;
- O Mandatário Candidato em Ano Eleitoral;
- Uso de Bens, Materiais ou Serviços Públicos;
- Distribuição gratuita de Bens, Valores ou Benefícios;
- Transferências de Recursos;
- Realização de novos Convênios;
- Concessões de Subvenções Sociais;
- Uso da Máquina Pública;
- Abuso do Poder Econômico e Político;
- Regras na Publicidade Institucional;
- Promoção Pessoal;
- Propaganda Eleitoral com Recursos Públicos;
- Gastos excessivos e anormais em ano eleitoral;
- Limitações na Contratação de Pessoal;
- Transferência ou Dispensa de Servidores;
- Reajuste, Revisão ou Aumento Salarial ao Funcionalismo;
- Despesas vedadas em Período Eleitoral;
- Concursos Públicos;
- Terceirizações na Administração Pública;
- Cessão ou Uso de Servidores na Campanha;
- Desincompatibilizações de Servidores;
- Estagiários, Comissionados e Terceirizados;
- Regras no Processo Legislativo no período;
- Poder de Polícia;
- O Papel do MP no período eleitoral;
- Demais Condutas Vedadas aos Gestores no Ano Eleitoral

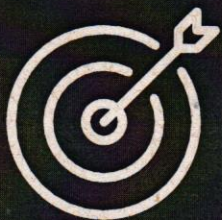
VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:
NS TREINAMENTOS EM
GESTAO PUBLICA LTDA.
CNPJ 12.137.995/0001-16
PIX: 12.137.995/0001-16
AG 0959-8 - C/C 38019-9
Banco do Brasil

LOCAL: Hotel Nikko.
Rua: Barão do Rio Branco - 546
Curitiba - Pr.
41-2105-1808

Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.



Público-alvo: Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

CURRICULUM: DRA. BÁRBARA DAYANA BRASIL



Pós-Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC/Portugal) com classificação "com distinção por unanimidade" e revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IDRFB). Autora das obras "Direitos Humanos e Investimento Estrangeiro: perspectivas para interação", publicada pela Editora Lumen Juris e "Parcerias Público-Privadas: desafios aos direitos fundamentais e democracia", publicada pela Editora Dialética. Co-organizadora da obra "Estado, Direito Administrativo e Concretização de Direitos Fundamentais", publicada pela Editora Íthala. Atuou como docente no âmbito da graduação nas disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direitos Humanos e Ciência Política. Atuou como docente no âmbito da pós-graduação lato sensu nas disciplinas de Compras Públicas de Inovação (PUC/PR) e Serviços Públicos, Atividade de Fomento e Parcerias Estatais (Escola Paranaense de Direito). Atuou como docente no âmbito da pós-graduação stricto sensu (mestrado) na disciplina de Tópicos Avançados de Direitos Fundamentais, Estado e Democracia: Privatização dos Direitos Fundamentais. Área de Concentração: Direitos Fundamentais e Democracia Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI). Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Membro do Infra Women Brasil (IWB). Advogada. Palestrante.Consultora. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Internacional Público.

> OBJETIVO:

A NS - TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Nesse sentido, o presente Curso abordará questões pertinentes aos principais aspectos de devem ser observados por todos os Agentes Públicos no início do exercício financeiro de do último ano de mandato, tais como: aspectos a serem observados para o bom funcionamento e planejamento da atividade parlamentar, regras para a concessão e uso de Diárias, execução do Orçamento público, limite de gastos com pessoal, condutas vedadas aos Agentes Públicos, regras sobre contratação de pessoal, normas para contratação direta à luz da Lei 14.133/2021.

E por conseguinte, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.